

Somos todos miscigenados? O mito da democracia racial imposta no período da ditadura civil-militar no Brasil.

Tairane Ribeiro
Universidade Federal de Pelotas

Gabriel Ribeiro
Universidade Federal de Pelotas

Resumo: Este artigo tem como intuito problematizar a ideia da falsa democracia racial imposta no regime ditatorial, que se instalou no Brasil entre 1964 e 1985. O objetivo central é apontar como essa harmonia racial foi imposta para a sociedade, bem como a visão que se criou do negro na época e por último, como a ideia de uma nação democraticamente racial prejudicou a articulação dos movimentos sociais, principalmente o Movimento Negro.

Palavras chave: ditadura civil-militar; democracia racial; racismo; Movimento Negro.

Introdução

Bem sabemos, que por muito tempo, tivemos o Golpe de Estado que ocorreu em 2 de abril de 1964, rotulado de Ditadura Militar, pois foi um regime governado durante vinte e um anos por generais eleitos indiretamente. Porém, com bibliografias recentes, ficou constatado que o Golpe recebeu forte apoio da camada civil da sociedade brasileira, chegando a ser financiado e embasado por grandes empresas, meios de comunicações e personalidades influentes na sociedade da época. Por isso, nesse artigo será usado e problematizado o termo Ditadura Civil-Militar.

O país presenciou intensas manifestações antecedentes ao Golpe (REIS, 2013). A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, a qual contava com pessoas de várias classes sociais contra o governo do presidente eleito democraticamente, João Goulart, chegou a reunir de meio a um milhão de pessoas em suas edições de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente. Tendo em vista a conjuntura política da época, onde a Guerra Fria estava presente no cenário econômico dos grandes países capitalistas, estados socialistas e

comunistas, o povo brasileiro sentiu-se ameaçado pelas propostas de reformas revolucionárias de Jango, as quais pretendiam acabar com o latifúndio, capitais estrangeiros, mudar radicalmente o ensino do país e fazer mudanças nas finanças. De fato, uma parcela da sociedade que apoiou o golpe e foi às ruas em 1964 com as marchas, não esquematizava uma ditadura, já a outra parcela vangloriou o ato e foi o fator principal para que o regime tenha sido mantido no poder por um longo período.

A Ditadura Civil-Militar que estávamos problematizando anteriormente é o plano de fundo para adentrar a questão racial do Brasil no período do regime militar. Para isso é necessário primeiro que tenhamos pleno conhecimento do que é racismo, onde e como surgiu esse termo. Segundo Wiervioka (2007), a palavra racismo é um termo recente, que ganhou conceituação no ano de 1932, em um período compreendido entre guerras, para a imposição da linguagem entre sociedades ocidentais. A palavra racismo é recente no vocabulário, mas pairava na consciência humana desde a modernidade. Mais precisamente, quando despertou no homem moderno, um desejo de conquistar novos territórios, proporcionando então, um contato com outros povos até então desconhecidos. A partir daí se cria um domínio da representação do “outro” a qual o autor denomina como proto-racistas.

Algumas [ideias proto-racistas], notadamente, explicam as diferenças físicas dos africanos ou dos índios da América, elas mesmas percebidas como causa ou marca de uma inferioridade, pelo meio ambiente em que eles vivem: o clima, a natureza, mas também a cultura, a civilização na qual eles são socializados. Deste ponto de vista, o negro africano é um selvagem, mas também pode ser “civilizado” e mesmo ver sua aparência física transformada pela colonização (WIERVIOKA, 2007, p. 19).

O autor ressalta ainda nesse ponto que o racismo visto a partir da modernidade levaria a uma abordagem de dois pontos principais. O primeiro, como um conjunto de doutrinas e ideias, elaboradas de formas medianas. Já o segundo ponto, seria no campo da prática dessas doutrinas e ideias, e como consequência disso, por exemplo, podemos citar como práticas os massacres, segregações, discriminações e explorações vistas ao longo da história de uma raça sob a outra. O que antes pareciam ser apenas um apanhado de fenômenos ideológicos, algum tempo depois, serviu de base para um dos episódios mais traumáticos da história contemporânea: o nazismo.

Através do nazismo, foram utilizadas todas essas bases ideológicas do chamado racismo científico, com o objetivo único de categorizar pessoas, raças, como foi feito com os judeus nesse momento histórico. Nesse sentido a “raça” era associada a atributos biológicos,

naturais e culturais, a fim de torná-la um objeto de teorização científica, portanto utilizando todos os domínios necessários no campo do saber científico como a medicina, biologia, química, etc. “Paralelamente, o nazismo apoia-se nos mesmos conhecimentos para afirmar a superioridade da raça ariana e dotar-se de uma legitimidade histórica, cultural e natural” (WIEVIORKA, 2007, p. 25).

Carece sabermos depois dos esclarecimentos teóricos sobre o racismo, a raiz e o sentido do termo “democracia racial”. Entender como a nação brasileira foi construída a partir dessa ideia de harmonia étnica e o motivo desse povo acreditar viver nela.

A hostilização do povo negro ao redor do mundo, sempre foi manchada com discriminações e violências explícitas, como o *Apartheid* na África do Sul e as leis de *Jim Crow* nos Estados Unidos, que segregavam e superiorizavam a raça branca. De acordo com Bernardino (2002), no Brasil nunca ocorreu apartação de raças e hostilização explícita de negros e negras, fato que serviu como o maior embasamento para se acreditar em um país extremamente livre de problemas raciais, sucedendo a crença de que oportunidades não são definidas por cor e/ou raça, sendo todos miscigenados no país.

Expressar o termo “democracia racial” propriamente dito nos dias de hoje, só foi possível após a publicação do livro *Casa Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre, no qual o autor propõe a ideia de uma ascensão do “mulato” e um provável ascendimento do mesmo no futuro do país. Mas o pensamento de uma harmonia étnica no Brasil ultrapassou as fronteiras da América Latina, sendo discutida em terras norte-americanas. O cenário de discriminação e segregação, que se iniciou nos Estados Unidos com o término da Escravidão no fim do século XIX, abriu uma ampla conferência entre abolicionistas estadunidenses e brasileiros sobre o modo que os seus respectivos governos tratavam as “pessoas de cor” recém-libertas. O autor Bernardino (2002) reforça que os ativistas do norte da América acreditavam que viviam em um inferno racial, enquanto o Brasil seria um país etnicamente paradisíaco e respeitador, tendo em vista que os brasileiros eram católicos e os norte-americanos protestantes e democráticos.

Outros fatores são discutidos por Bernardino (2002) sobre a “democracia racial” brasileira. O autor aponta que sem a Abolição da Escravatura, ocorrida em 1888 e a Proclamação da República, que ocorre um ano após o fato transcrito anteriormente, não seria possível cogitar uma discussão sobre igualdade entre negros/os e brancas/os. Frisa também a

crença da população brasileira no senhor de escravo bondoso e uma harmonia entre dono e propriedade, sendo que dados de pesquisas da época da escravatura mostram uma mortalidade infantil e uma expectativa de vida do povo negro baixa para a teoria ser verídica.

A mão de obra europeia vinda a partir do fim do século XIX para o Brasil, desencadeou o chamado “embranquecimento” da população negra brasileira que está fortemente ligada a “democracia racial” em discussão nesse artigo. O “mulato”, segundo Bernardino (2002), viveu a plena harmonia racial, pois fazia parte de um ciclo o qual pretendia eliminar o povo negro e priorizar a população branca. Sendo assim, “a presença do mulato não apenas espalha as pessoas de cor na sociedade, mas ela literalmente borra e, portanto, suaviza a linha entre preto e o branco” (DEGLER, 1971, p. 233 apud BERNARDINO, 2002, p. 252). O projeto do embranquecimento conseguiu diminuir, como o autor disserta, quase a metade do número de “mulatos” que havia no início do projeto e aumentar o porcentual de pessoas brancas no meio do século XX. Com os resultados positivos do esquema de misturar as raças, logo a consciência negra e suas diásporas começaram a ser negadas e ditadas como racistas, seguindo de uma desvalorização do sujeito negro e a desmilitarização de movimentos sociais contra o racismo com a chegada da Ditadura Civil-Militar. Esses temas serão problematizados e trabalhados ao decorrer do artigo.

O sujeito negro e suas lutas desmilitarizadas no regime ditatorial

Estando certos de que houve um projeto de embranquecimento, prevendo a extinção da população negra brasileira, temos o objetivo de observar a seguir como isso atingiu de imediato a vida do sujeito negro. A forma que essa camada da sociedade vivia sustentada pelo ideal de “ser branco”, seguida da depreciação de sua cor/raça e o modo que o “dominador” via e tratava o afro-descendente:

A discriminação de que seu corpo é objeto, não dá tréguas à humilhação sofrida pelo sujeito negro que não abdica de seus direitos humanos, resignando-se à passiva condição de “inferior”. Curiosa e trágica contradição. É no momento mesmo em que o negro reivindica sua condição de igualdade perante a sociedade que a imagem de seu corpo surge como um intruso, como um mal a ser sanado, diante de um pensamento que se emancipa e luta pela liberdade (COSTA, 1983, p. 7).

A psicanalista Sousa (1983) contextualiza o “mito negro” como um discurso que escamoteia a verdade e torna todo um âmbito histórico em algo natural e plausível. A primeira etapa é identificar o sujeito negro como “diferente” ao padrão normal, tendo esses como

“inferiores” e obrigados a autodefinir-se a partir do seu ponto de referência (as pessoas brancas). O ato de se impor na sociedade torna-se uma ferramenta de proteção do sujeito negro, que vira um “detentor de valores” para ser aceito e não sofrer violência e discriminação explícita no “mundo dos brancos”. A procura pela igualdade é constante quando o indivíduo negro está em contato com o/a branco/a, mas quando se comunica com o seu igual, pratica o “ritual de separação” e reproduz a discriminação sofrida. "O irracional, o feio, o ruim, o sensitivo, o super potente e o exótico são as principais figuras representativas do mito negro" (SOUSA, 1983, p. 27).

A identidade negra, percebida por Sousa (1983) através de entrevistas com pessoas negras, consegue ser definida por psicanálise. A representação do sujeito negro como primata e desprovido de valores, de civilidade e de humanidade em relação as pessoas brancas, é a forma escolhida pela parcela que domina para continuar no controle. O ideal de embranquecimento para o indivíduo negro se torna necessário para haver um escape de toda a carga histórica a qual a pele escura pode trazer como sinônimo de miséria, fome e ignorância. A mistura de raças vira imprescindível para a mudança da estética do indivíduo negro, que segue o padrão de beleza ditado pela classe que detém o controle. Com base nisso, a palavra “negro” passa a ser descrita em dicionários como feio, sujo e outros atributos pejorativos.

O “mito negro” passou a fazer parte da vida das pessoas negras, que por consequência, adotaram o discurso do dominador. O indivíduo negro acaba por aceitar tal ideologia ao invés de opor-se e vira crente do discurso “racismo do negro contra o negro”, desistindo da ação para proporcionar a mudança e conformando-se com o que lhe foi imposto.

Estereótipos do “privilegio de sensibilidade” do povo negro, que soma sua musicalidade, ritmicidade, resistência física única e esdrúxula potência sexual, tentam refletir uma suposta superioridade dos/as negros/as, mas na verdade reforça a ideia de seu “primitivismo” e fortalece o “refinamento” do povo branco. Os chavões usados contra o povo negro são vestígios do tempo da Escravidão, vendo-os como “criaturas” sexualizadas e resistentes a qualquer serviço. Estereótipos são passados de geração em geração, como a tradição oral do folclore brasileiro: (FERNANDES, 1972, p. 206 apud SOUSA, 1983, p. 31)

"O negro é burro de carga

O branco é inteligente

O branco não só trabalha

Porque preto não é gente."

"Quem diz que preto se cansa

Não tem boa opinião

Se trabalha o dia inteiro

De noite inda faz serão."

"Negro é bicho safado

Tem fôlego de sete gatos

Não fica doente nunca

Esse pé de carrapato."

Tendo agora a visão plena do sujeito negro prejudicado pela ideia da falsa democracia racial ao longo da sua história, que abrange também o período da Ditadura Civil-Militar, podemos contextualizar como o movimento anti-racismo foi visto como um inimigo do Estado. Porém antes é necessário que tenhamos noção do porque se utilizou o termo “inimigo interno” e qual era a visão que a população e o Estado tinham com relação a esta imagem.

Segundo o autor Padrós (2014) criou-se dentro da conjuntura do regime militar, a figura do “inimigo interno”, em conjunto com a disseminação da pedagogia do medo, que não foi semeada apenas no Brasil, mas em todos os países os quais passaram por Ditaduras de Segurança Nacional. O objetivo único era de facilitar a propagação do medo generalizado na sociedade, considerado um recurso altamente vantajoso para o sistema que se tinha implantado no país.

Métodos combativos eram aplicados a fim de manter a ordem do país. A permanência do papel do “inimigo interno”, por exemplo, era uma figura idealizada em todos os movimentos sociais contra o regime como partidos de esquerda, sindicalistas, lutas armadas. Em consequência disso, vinha a total consolidação de uma cultura do medo, em que a população vivendo em censura, silêncio, alienação, torna-se conivente do regime.

O “inimigo interno” denominado pelo Estado nada mais era do que um cidadão brasileiro, o qual ia contra as ideologias impostas pelo regime. Por ventura lutava contra ele, sofrendo graves consequências chamadas de repressões do Estado. As repressões eram as mais diversas, caracterizadas por prisões, práticas de tortura e exílio (dentro e fora do país).

Partindo desse pressuposto, entra a questão do Movimento Negro no regime militar, com a sua percepção diante a este momento, já que era visto como uma ameaça a democracia e a idolatrada “ordem e progresso” do país, justamente por contestar a harmonia racial tão defendida e aclamada pela Ditadura Civil-Militar.

Antes mesmo do Golpe de 1964, o Movimento Negro teve suas lutas interrompidas em diversos episódios da história do Brasil (DOMINGUES, 2007). A ascensão da Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931 e sua transformação em um partido político cinco anos depois, ficou marcada negativamente com a chegada da ditadura do “Estado Novo”, em 1937, que decretou o fim de todas as organizações políticas do país. Pós ditadura-Vargas, a União dos Homens de Cor (UHC) e o Teatro Experimental do Negro (TEN) foram as mais visíveis instituições anti-racistas da época, mas acabaram por desaparecer com a chegada dos militares ao poder no meio da década de 1960.

Já no período que está sendo abordado nesse artigo, o Movimento Negro era classificado pela Doutrina de Segurança Nacional como um “fator adverso”, por articular protestos contra o racismo ameaçando a “paz social” do país, por ser visto como um ponto de contestação da harmonia racial imposta e preservada fortemente pelo Estado. De acordo com o manual da Escola Superior de Guerra (ESG), os *Fatores Adversos* subclassificavam os Movimentos Negros como “antagonismo”, por tentarem instaurar possíveis ideias subversivas de incitação de ódio ou racismo no país. Para confirmar as afirmações, os grupos passavam por “repressão preventiva”, seguida de infiltrações da polícia em reuniões e perseguições de ativistas. Se autenticado atos rebeldes nos movimentos, as medidas posteriores seriam cabíveis a Lei de Segurança Nacional.

Segundo Kössling (2007), de acordo com a Lei de Segurança Nacional decretada pelo Governo Militar em 29 de setembro de 1969, tornaria-se crime estimular guerras, subversão, descumprimento de leis; lutas de classes, paralisação de serviços ou atividades essenciais e ódio/discriminação racial. Assim, colocando em pauta a "questão racial" como um crime e consequentemente desmilitarizando os movimentos anti-racistas. A partir de 1969, as articulações das organizações de negros contra a discriminação receberam forte repressão e perseguições.

Com a chegada do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), os encontros do Movimento Negro tornaram-se praticamente impossíveis. O ativista, Cunha Jr, descreve a

época: “tínhamos três tipos de problemas, o isolamento político, ditadura militar e o esvaziamento dos movimentos passados. Posso dizer que em 1970 era difícil reunir mais que meia dúzia de militantes do movimento negro” (CUNHA, 1992, p. 65 apud GUIMARÃES, 2007, p. 111). Lélia Gonzalez – professora e ativista – acabou sendo fichada no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro, em 1972, por supostamente ser adepta a doutrina marxista enquanto lecionava na Universidade Gama Filho e por fazer reuniões filosóficas sobre a questão racial com um grupo de amigos (BARRETO, 2005).

A atuação do jornal *Árvore das Palavras* (1974) ¹, em um período de forte repressão política, de acordo com Kössling (2007), foi essencial para a reconstrução da identidade negra. Seus editores eram anônimos, e suas edições eram repassadas de “mão em mão”, chegando a receber visibilidade de departamentos do governo militar. Criticaram diretamente o Presidente da República que não se fez presente nos festejos do 13 de maio² por considerar os organizadores “racistas e segregacionistas”. Os editores questionam o motivo do presidente uma semana após o 13 de maio, comemorar o centenário da imigração italiana no sul do país, solicitando em seguida para ter um tratamento igual em relação a todas as festas. O periódico, além disso, fazia fortes críticas a “democracia racial” e o modo que os/as negros/as eram tratados nos sistemas carcerários brasileiros, bem como a repressão e a violência dos policiais contra eles. Incentivava os seus leitores a protestarem por meio de poemas compartilhados em suas edições: (Dossiê 50-Z-129-15426. DEOPS/SP, DAESP apud KOSSLING, 2007, p. 221)

“Mostro os dentes.

Dou risada.

Sou o cara engraçado.

Estou sempre: Sim Senhor; não senhor.

Enquanto levo na brincadeira.

Sou o preto simpático.

O moreno educado.

Mas ao menor protesto, me chamam de negro atrevido.

Em 1978, com a queda do AI-5 e todas as censuras que o acompanhavam, os vários grupos anti-racistas começaram a se organizar novamente. Tendo como objetivo central

¹ As cópias do periódico se encontram nos arquivos do DEOPS/SP.

² O dia 13 de maio, data oficial da Abolição da Escravatura no Brasil, era comemorado pelos Movimentos Negros como o “dia nacional de denúncia contra o racismo”.

construir uma imagem positiva do sujeito negro, além de denunciar os mecanismos de racismo presentes na sociedade brasileira e o principal, assegurar uma identidade “afro” no âmbito da sociedade múltipla que se tinha. O Estado para sustentar seu regime ditatorial, criou um discurso com base em propagandas da identidade nacional relacionadas com a “democracia racial”, no qual o povo brasileiro tinha a imagem de uma nação cordial, festiva e possuidora um ponto principal para a afirmação da harmonia racial, a certeza de que todas e todos eram iguais em nome da preservação da unidade nacional.

Percebemos então, segundo a autora Kössling (2007), que as famosas políticas nacionalistas do regime, rejeitavam toda e qualquer afirmação de identidade afro-brasileira, no protótipo do Movimento Negro da época. Justamente, pois suas pautas traziam a tona a realidade social do país, onde havia sim uma desigualdade racial, pondo em risco todo discurso político de “democracia racial” que os militares propagandeavam em seus projetos políticos.

A chegada do presidente João Baptista Figueiredo no final da década de 1970, proporcionou um leque de atitudes “rebeldes” por meio das classes trabalhadoras brasileiras, realizando greves que receberam apoio da camada civil. O autor Reis (2014), em uma de suas novas reflexões, afirma que Figueiredo ao derrubar as medidas de censura dos governos antigos da ditadura, viu-se forçado a aprovar duas leis que seriam uma promessa para um possível passo democrático no país: a Lei da Anistia e da Reforma Partidária.

Os Movimentos Negros, ao ganharem força com o fim da censura e dos métodos de violência que sofriam nos “anos de chumbo” da Ditadura Civil-Militar, se aproveitaram dessa promessa de “país democrático” para fazer suas denúncias. Segundo Kössling (2007), o Grupo Negro da PUC-SP, durante a década de 1980, denunciou abertamente a “democracia racial” como uma ideologia que tencionava uma “supremacia branca”. Essa organização e tantas outras, pensavam em alcançar finalmente a “autêntica ou 'verdadeira' 'democracia racial’” (KOSSLING, 2007, p. 84), tendo plena consciência da desmobilização do sujeito negro e da política de demagogia racial proposta pelo governo. As severas críticas do Movimento Negro Unificado (MNU) contra o regime, receberam uma vigilância especial de órgãos governamentais, pois salientavam que a “ordem social” antes tanto pregada, prejudicava diretamente a população negra com ataques de violência e repressão.

Seguindo a cronologia que os Movimentos Negros em geral conseguiram uma atenção

da sociedade brasileira nessa época, o governo mudou suas táticas para implantar novamente a ideia da “democracia racial”. De acordo com Kössling (2007), na mesma década, surge um esquema de construção do Parque Histórico de Zumbi, com o intuito de circundar as reivindicações dos Movimentos Negros do país e mudar o ideal da harmonia racial, a partir de então, enaltecendo a cultura afro-brasileira. O governo pretendia criar esse patrimônio cultural como um ponto turístico para o país, enquanto os movimentos anti-racistas buscavam criar um lugar de memória para a história do povo negro brasileiro.

Considerações finais

A história caminha em passos lentos, deixando marcas de modo positivo e negativo no campo da memória e identidade de toda a humanidade, havendo às vezes a dificuldade e resistência de tratar-se determinados assuntos, principalmente eventos traumáticos da história, como o trabalhado nesse artigo. Acreditamos que independente da reação que o período da Ditadura Civil-Militar possa causar na população, o período deve ser abordado, questionado e lembrado para que se tenha consciência de fatos os quais ocorrem no nosso tempo presente.

A “democracia racial” marcou negativamente as negras e os negros brasileiras/os desde a extinção da Escravidão, conseguindo descaracterizar toda uma etnia em nome de um “embranquecimento” ditado pelo dominador, que detinha o objetivo de eliminar o sujeito negro da história do Brasil. Partindo desse pressuposto, construiu-se uma visão negativa e pejorativa da figura do negro, seguida de estereótipos que persistem até os dias de hoje.

É visível que o Movimento Negro foi o “personagem principal” no processo de desconstrução de uma “democracia racial” no período em questão. As denúncias feitas pelos diversos ativistas, antes e no momento da “abertura política” no país, mostraram uma desigualdade racial que o Estado preferia esconder. Os grupos anti-racistas passaram por vigilância de órgãos governamentais que tentavam calar suas denúncias, porém com o enfraquecimento do regime, algumas pautas foram atendidas de modo que a propaganda da harmonia racial não fosse prejudicada.

Ao término desse artigo, pudemos observar o quanto temos enraizados no nosso tempo presente resquícios marcantes do período da Ditadura Civil-Militar. O mito da democracia racial, infelizmente, continua sendo um discurso muito forte e presente na sociedade brasileira. Portanto visamos ser necessário que essa história não volte a ser silenciada e que a

trajetória de luta do povo negro seja compreendida e respeitada acima de tudo. Viva Zumbi

Referências bibliográficas:

BARRETO, Raquel de Andrade. **Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça:** narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de História, 2005.

BERNARDINO, Jorge. **Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial.** Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, vol. 24, nº 2, 2002, p. 247-273.

COSTA, Jurandir Freire. Da cor ao corpo: a violência do racismo. In: SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 1-16.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro:** alguns apontamentos históricos. Revista Tempo. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, vol. 23, nº 12, julho, 2007, p. 100-122.

KOSSLING, Karin Sant' Anna. **As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância no DEOPS/SP (1964-1983).** Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, Departamento de História, 2007.

PADROS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexão a partir das experiências das ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Artur (org); RUBERT, Sylvania (org). **Entre a memória e o esquecimento:** estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Porto Alegre: Deriva, 2014, p. 13-36.

REIS, Daniel Aarão. 1964: golpe militar ou civil?. In: FIGUEIREDO, Luciano (org). **História do Brasil para ocupados.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013, p. 197-201.

_____. **Ditadura e democracia no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SOUSA, Neusa Santos. ***Tornar-se negro:*** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

WIEVIORKA, Michel. **O racismo, uma introdução.** Tradução: Fany Kon. São Paulo: Perspectiva, 2007.